

## **MEMÓRIA E PROJETO: da Escola Normal de Artes e Ofícios a CEFET/RJ**

**Zuleide Simas da Silveira\* - CEFET/RJ ; UFF**

### **7. Arquivos, centros de documentação, museus e educação**

A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (NORA, 1993).

#### **1. O CEFET/RJ no contexto histórico**

O CEFET/RJ, reconhecido historicamente e socialmente entre instituições de ensino do Estado do Rio de Janeiro e do país; é formado por sua unidade-sede, Maracanã; um *campus*, General Canabarro; e duas Unidades de Ensino: uma na zona norte do município do Rio de Janeiro (UnED Maria da Graça) e, outra, na Baixada Fluminense (UnED Nova Iguaçu); destacando-se por prestar a população uma educação pública de qualidade, atuando em vários níveis da educação como: ensino médio, educação profissional de nível técnico, ensino superior. Além disso, possui curso de mestrado, cursos de pós-graduação *lato sensu* e atividades de pesquisa e de extensão.

Localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, segundo parque industrial do país, a instituição ora denominada CEFET/RJ<sup>1</sup> inicia suas atividades em 1917, na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, administrada pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal. Implantada no lugar do antigo palacete Leopoldina, a Escola Normal de Artes e Ofícios tinha a finalidade de preparar mestres e contramestres para estabelecimentos de ensino profissional e formar professores de trabalhos manuais para escolas primárias.

Em 1937, início do Estado Novo, com a mudança na estrutura do então Ministério da Educação e Saúde Pública, a Escola Normal de Artes e Ofícios, sob jurisdição do Governo Federal desde 1919, é transformada em liceu destinado ao ensino profissional de todos os ramos e graus, sendo equiparada às Escolas de Aprendizes Artífices mantidas pela União. No entanto, antes, que o liceu fosse inaugurado, sua denominação foi mudada, passando a

---

<sup>1</sup> O CEFET/RJ teve outras denominações ao longo de sua história. Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, em 1917. Escola Técnica Nacional, em 1942. No ano de 1965, passa a designar-se Escola Técnica Federal da Guanabara. Sendo que dois anos mais tarde, em homenagem póstuma ao primeiro Diretor escolhido a partir de uma lista tríplice composta pelos votos dos docentes, passa a Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca; e, em 30 de junho de 1978, é transformada, em Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro, pela Lei nº 6.545.

Escola Técnica Nacional — ETN —, consoante o espírito da Lei Orgânica do Ensino Industrial, promulgada em 30 de janeiro de 1942. A ETN, instituída pelo Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, é incumbida de ministrar cursos industriais e de mestria de 1º ciclo; e cursos técnicos e pedagógicos de 2º ciclo.

A partir do Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959, a instituição adquire maior autonomia administrativa, passando, gradativamente, a extinguir os ginásios industriais — cursos de 1º ciclo — e atuar na formação exclusiva de técnicos. Em 1966, em plena ditadura militar, são implantados os cursos de Engenharia de Operação, introduzindo-se, assim, a formação de profissionais para a indústria em cursos de nível superior de curta duração. Os cursos eram realizados em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, para efeito de colaboração do corpo docente e expedição de diplomas. A necessidade de preparação de professores para as disciplinas específicas dos cursos técnicos e dos cursos de Engenharia de Operação levou, em 1971, à criação do Centro de Treinamento de Professores, funcionando em convênio com o Centro de Treinamento do Estado da Guanabara (CETEG) e o Centro Nacional de Formação Profissional (CENAFOR).

Em 1978, com a transformação da Escola Técnica Federal (ETF) em Centro Federal de Educação Tecnológica, o CEFET/RJ, em conformidade com a lei que o criou, eleva-se ao *status* de instituições de educação superior, devendo atuar como autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC)<sup>2</sup> — detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar —, na oferta de cursos de graduação e pós-graduação, em atividades de extensão e na realização de pesquisas na área tecnológica. A finalidade da lei que criou os CEFETs foi a de verticalizar; promover a intercomplementaridade e continuidade do ensino técnico no ensino superior; orientar sua atuação, de forma a dotá-los de identidade própria, diferenciando-os das universidades. Para tal, o CEFET/RJ levou um período de,

---

<sup>2</sup> No início do século XX, a educação no Brasil era afeta ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1930, no Governo Vargas é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. A Reforma do ensino promovida nos anos de 1930 e implementada por Gustavo Capanema nos anos de 1940, deu ao ministério, a forma institucional que vigora atualmente. No entanto, em 1953, com a autonomia adquirida pela área de Saúde, surgiu o Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC que permanece até os dias que correm, mesmo depois, da criação do Ministério da Cultura, em 1985, no Governo Sarney. Portanto, apesar de manter o formato institucional e a sigla MEC, as atividades desenvolvidas pelo ministério, a partir da gestão de Gustavo Capanema, foram ao longo da história, atribuídas a seis ministérios distintos: Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esportes, Saúde, Meio Ambiente.

aproximadamente, quatro anos para adaptar-se ao novo estatuto e, elaborar seu organograma e regimento interno.

O período da História pós 1973, caracterizado pela ruptura do crescimento econômico por várias “depressões sérias”, em 1973-5, 1979-82 e no fim da década de 1980, é a de um mundo vivido em sucessivas crises, que perdeu suas referências declinando para a instabilidade (HOBBSAWM, 2005), o que provocou a retração de ações por parte do MEC até a primeira metade dos anos de 1980.

No início dos anos de 1990, a educação tecnológica passa a ser conceituada como uma educação moderna, capaz de acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas e, devendo, por conseguinte, aproximar-se do mercado. Para atender as demandas impostas à nova educação, no âmbito do MEC, inicia-se uma reforma administrativa com a criação da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SENET), posteriormente Secretaria Nacional de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC<sup>3</sup>). A consolidação do modelo CEFET, culminou com a institucionalização do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e a transformação de todas ETFs em CEFETs.

No Governo Fernando Henrique Cardoso, o CEFET/RJ passa por mudanças significativas. Seguindo os princípios neoliberais relacionados às políticas públicas de educação, o governo central promove a reforma do ensino médio e técnico no Brasil, na qual foram utilizados vários instrumentos legais, tais como: o Decreto nº 2.208/97, a Portaria do MEC nº 646/97 e a Portaria do MEC nº 1005/97. Os cursos técnicos de nível médio, que até então eram oferecidos de forma integrada, passam, a partir de 1998, a funcionar em dois segmentos distintos: ensino médio e educação profissional de nível técnico.

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é exarado o Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004 — revogador do Decreto nº 2. 208/97 — que retorna à LDB e renova a regulamentação do § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96 de modo a facultar às instituições de ensino o oferecimento da educação profissional técnica de nível médio articulada com o ensino médio, de forma integrada ou concomitante, para o aluno que

---

<sup>3</sup> A dualidade estrutural da educação expressa na forma da lei, no Governo Cardoso, que obrigava a separação do ensino médio e do ensino técnico, torna-se mais visível, no Governo Lula da Silva, com a transformação administrativa da SEMTEC em duas secretarias: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e Secretaria de Educação Básica (SEB).

esteja cursando o ensino médio e, ainda, de forma seqüencial para aqueles que já o tenham concluído.

Em 2004, o Decreto nº 5.224 trouxe novas mudanças na estrutura organizacional dos Centros Federais de Educação Tecnológica, ao passo que o Decreto nº 5.225, em seu art. 2º eleva estas instituições a categoria de instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino.

A Reforma Universitária em curso, prevê a transformação dos CEFETs em Centros Universitários ou em Universidades Tecnológicas, conforme especificidades de cada instituição. Neste contexto de aceleradas mudanças, implantar e implementar um acervo com documentos, imagens, objetos e depoimentos que preservem a história da instituição, tornou-se projeto de relevância.

## **2. O Centro de Memória como lugar de reconstrução histórica e busca da identidade**

Com Velho (1988), partimos do pressuposto que todo projeto é ação deliberada e intencional, engendrada pelas circunstâncias onde se insere o ator do projeto — o que não implica necessariamente em um indivíduo, podendo ser um grupo social ou uma instituição social. Neste processo, ao projetar uma ação, o sujeito do projeto recorre à memória; por conseguinte, projeto e memória associam-se e articulam-se na construção da identidade; enquanto a memória permite uma visão retrospectiva organizada de uma trajetória, o projeto é a antecipação no futuro desta trajetória.

É neste sentido que o Centro de Memória do CEFET/RJ está sendo implantado; como *lugar de memória*, não é apenas espaço de reconstrução da história da instituição, mas sobretudo de busca da identidade da escola. Assim sendo, a memória é por nós entendida como um fenômeno construído coletivamente, isto é, um fenômeno coletivo e social Halbwachs (1990).

O processo de reconstrução da história do CEFET/RJ e busca de sua identidade nos leva a concordar com Pollak (1992) ao afirmar que os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva são acontecimentos, pessoas e lugares. Estes acontecimentos podem ser vividos pessoalmente, neste caso a memória é individual, ou, vivido pelo grupo ou pela coletividade à qual pessoa pertence.

Estes três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode tratar também da projeção de outros eventos (POLLACK, 1992, p.202).

Pierre Nora (1993) ao problematizar a diferença entre história e memória, elabora a noção de *lugares de memória* — museus, arquivos, bibliotecas, dicionários e, também, objetos simbólicos na qualidade da bandeira nacional — como espaço onde subsiste a consciência comemorativa de uma história acelerada que muda incessantemente sob a ameaça do esquecimento. Portanto, *lugar de memória* é o espaço de presenciar o momento histórico em que vivemos na fronteira entre o que éramos e o que somos.

É toda questão da identidade e a ameaça de sua perda que está aí colocada. Identidade entendida não como elemento constituinte da discutível natureza humana (...), mas como situação de existência coletiva evidenciada em muitos momentos históricos e que se expressa por um sentimento de referência e identificação grupal (D'ALÉSSIO, 1993, p.102).

Assim sendo, podemos afirmar que o Centro de Memória do CEFET/RJ visto como *lugar de memória* e de busca da identidade da instituição pode contribuir para a reconstrução histórica não apenas da instituição mas, também, do ensino profissional no país, principalmente, no que se refere ao impacto da reforma educacional, promovida pelo Governo Cardoso, nos anos de 1990. Esta reforma da educação abalou a identidade das instituições de ensino, “por ter sido um processo no qual as escolas tiveram que se inserir, sem a opção do contrário, suas identidades foram afrontadas por um projeto não construído por elas próprias, mas por sujeitos externos”(CIAVATTA, 2005, p.98).

Ora, se o projeto pedagógico, elaborado para um determinado período de tempo, é o documento que explicita a identidade da instituição de ensino, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve ou venha a desenvolver. E, ainda, se o projeto pedagógico é entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da instituição na sua globalidade (SILVEIRA, 2004, p.62), torna-se necessário, então:

o desenvolvimento consensual de um projeto de resgate da escola como lugar de memória, das lembranças de seus personagens e momentos mais expressivos. Documentos dispersos, preservados na história particular de muitos, fotografias, livros, papéis e objetos guardados com zelo e nostalgia podem alimentar a perspectiva de uma escola de uma formação integrada e mais completa para os jovens, com reconhecimento e orgulho de si mesmos como mestres (CIAVATTA, 2005, p.101).

### 3. O Centro de Memória do CEFET/RJ

O Centro de Memória do CEFET/RJ foi criado pela Portaria nº 008 de 5 de janeiro de 2006, do Diretor Geral. Em processo de implantação, vem realizando desde então, várias atividades cujo objetivo é resgatar, preservar, tratar e divulgar o acervo de peças, textual e iconográfico da instituição, estimulando não só preservação histórica mas também, o trabalho de pesquisa na comunidade. O grupo de trabalho, coordenado pela professora Zuleide S. da Silveira (Sociologia Aplicada), conta com a participação dos professores Mário de Souza (História) e Marli Carloni (História do Cinema Brasileiro; Produção de Vídeo), da arquivologista Vera Lúcia Firmo e, ainda, dos bolsistas Mario Jorge Barretto e Rafael Rodrigo S. Ferreira, alunos dos cursos técnicos de Eletrotécnica e Eletrônica, respectivamente.

Até o momento, a equipe, em contato com diversos setores da escola reuniu, aproximadamente, 4.000 fotografias que estão sendo separadas, classificadas, identificadas e catalogadas por fundo<sup>4</sup>, seguindo a ordem cronológica e institucional: Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz (1917 – 1937); Escola Técnica Nacional (1942 -1965); Escola Federal da Guanabara (1965 – 1967); Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (1967 – 1978) e Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (1978 em diante). Por, ora, o fundo *Escola Normal de Artes e Ofícios* já está concluído no que concerne ao acervo iconográfico, faltando, apenas, elaborar o inventário de documentos textuais.

Na atual fase do trabalho, estamos nos dedicando à identificação de fotografias dos fundos *Escola Técnica Nacional, Escola Técnica Federal da Guanabara e Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca*; para tal, estão sendo ouvidos professores aposentados e ex-alunos. A idéia é envolver o maior número possível de entrevistados, o que vem contribuindo não apenas para a catalogação de imagens, mas sobretudo para a organização do banco de história oral. Neste processo, a prioridade é o depoimento de ex-alunos da Escola Técnica Nacional e, que mais tarde, tornaram-se professores da instituição. O

---

<sup>4</sup> Segundo o Guia do Acervo da Casa Oswaldo Cruz, fundo “é o conjunto de documentos, independente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa física, família ou instituição no decurso de suas atividades e funções”. Com base neste glossário, a equipe do Centro de Memória do CEFET/RJ, resolve classificar as diversas fases da instituição, ao longo de sua história, por fundos que tratam de documentos de diferentes espécies (textual, iconográfico e museológico) que possibilitam a reconstrução das transformações ocorridas.

próximo passo será ouvir docentes e servidores técnico-administrativos que integraram a comunidade no final da década dos anos de 1960. Cabe ressaltar que, no inventário de documentos textuais do fundo *Escola Técnica Nacional* foram descritos 9.180 documentos, totalizando 18.161 folhas.

### **3.2. O acervo fotográfico**

As fotografias são mundos de relações silenciosas, densas congeladas no tempo mínimo do obturador. Mundos de seres calados e imóveis que devem ser decifrados a partir do contexto onde se encontram, na história de sua relação com os demais seres, tanto pessoas quanto objetos (CIAVATTA, 2004, p. 45)

Cabe, nesta seção, ressaltar que a equipe do Centro de Memória do CEFET/RJ trata da fotografia como fonte histórica. Deste modo, a fotografia é mediação, o que significa “entendê-la como um processo social denso, produzido historicamente” (CIAVATTA, 2004). Portanto, por ser a fotografia produzida em um determinado contexto da totalidade social, sua interpretação requer resgatar “os conceitos de essência e aparência o que permitem fazer a distinção entre o objeto, seu conhecimento imediato e a concepção do conhecimento mediado pelos processos que o constituem” (CIAVATTA; CAMPELLO, 2006, p.320).

Segundo Mauad (2004) para se proceder a análise crítica—interpretativa de uma imagem é possível se partir de três premissas: “a noção de série ou coleção, o princípio de intertextualidade e o trabalho transdisciplinar” (p.19-20). Assim fundamentada, a equipe de trabalho vem organizando o acervo fotográfico do Centro de Memória do CEFET/RJ. Apresentamos, a seguir, os principais passos ou momentos de trabalho.

**a) Contato com o acervo fotográfico** — Os primeiros contatos com os objetos fotográficos foram realizados pouco a pouco, de modo a captar quais eram os temas, conteúdos e o período histórico-temporal do momento fotografado. Procedemos à separação das imagens por fundo, seguindo o critério de ordem cronológica e institucional.

**b) Classificação das imagens por eixo temático e espacial** — Após a separação das imagens por fundo e ordem cronologia, iniciou-se uma subdivisão, separando-as por tema (diretores, professores, alunos, solenidades, etc.) e, por espaço físico (fachada,

laboratórios, salas de aula, pátio, etc.). Foi na prática, a partir da separação das fotografias que nomeamos os temas e subtemas, depois, então, elaboramos as fichas de classificação de imagens e de catalogação de imagens. Para tanto, tomamos como parâmetro, a ficha elaborada pelo Grupo de Pesquisa *Memória e temporalidades da formação do cidadão produtivo emancipado – do ensino médio e técnico à educação integrada*, coordenado pela professora doutora Maria Ciavatta.

**c) atribuição de códigos** — as fotografias recebem um código expresso por um numeral que indica: o ano de sua produção, o número do álbum em que se encontram, acrescidos dos números referentes à série e subsérie e, de seu número no acervo.

**d) identificação das fotos** — grande parte do acervo encontrava-se sem nenhuma identificação. Observamos que o olhar cuidadoso, por detrás da câmera fotográfica, buscou registrar os diversos espaços e momentos da escola. Entretanto, as fotografias ficaram guardadas em gavetas e caixas, como se “seu dono” estivesse sempre por perto para narrar a história do cenário e de seus atores. Por ser professora do CEFET/RJ há 27 anos e ex-aluna da instituição nos anos de 1970, quando, ainda, Escola Técnica Federal (ETF), pude identificar muitas imagens. Além do que, como mencionamos na seção anterior, estamos convidando ex-alunos, professores e técnicos administrativos aposentados para nos auxiliar neste processo. Do mesmo modo que anotamos o código da fotografia, também, o fazemos para o nome das pessoas, o espaço físico, o momento, etc., que estão retratados.

**e) organização do acervo**<sup>5</sup> — Os álbuns foram numerados, seguindo o critério de ordem cronológica e institucional. As fotografias que estavam guardadas em caixas ou em gavetas estão sendo arranjadas em envelopes de plásticos de polipropileno cristal liso. Estes envelopes, de furação universal, são etiquetados com o código da fotografia. A cada 100 envelopes, contendo duas fotografias cada, inserimos em fichários de plástico, dimensões 32x27x6cm, formato A4.

#### **4. Considerações finais**

A história dos anos após a década de 1970 é a de um mundo vivido em sucessivas crises, que perdeu suas referências declinando para a instabilidade (HOBSBAWM, 1995),

---

<sup>5</sup> Cabe registrar nosso agradecimento ao estagiário Mário Jorge Barretto, por sua dedicação, o que tem contribuído, significativamente, nos processos de codificação, identificação e organização do acervo fotográfico.

isto é, face ao mito da globalização, um mundo vivido por constantes mudanças e rupturas. Assim sendo, concordamos com Nora (1993) ao usar a expressão “aceleração da história” para caracterizar o processo em que o passado vai perdendo lugar para o presente, trazendo ameaça para perda da identidade.

Neste cenário de “aceleração histórica”, memória, identidade e projeto tornaram-se elementos propulsores do processo de implantação do Centro de Memória do CEFET/RJ. Um trabalho que se inicia e se articula com o despertar da luta pela afirmação da cultura e orgulho da instituição, cujo objetivo é de preservar a memória e ao mesmo tempo contribuir para a elaboração da proposta pedagógica.

Partindo do pressuposto que a realidade concreta é uma totalidade, síntese de múltiplas determinações e, de que o centro de memória é parte desta totalidade, determinado pelas relações que o constituem, pode-se afirmar, então, que o Centro de Memória do CEFET/RJ não é apenas parte do espaço físico, parte do tempo, parte do trabalho da instituição na sua globalidade, mas também lugar de: memória, resgate histórico, planejar ações futuras, lúdico, contemplação, visita que se articulam ao conhecimento e à concepção da escola politécnica, de formação integral.

Em suma, implantar um espaço de preservação e reconstrução histórica da identidade do CEFET/RJ faz parte de um movimento maior pela participação e construção de uma escola pública, democrática, única e de formação *omnilateral*. Visto como *lugar de memória* e de busca da identidade da instituição — como lugar de articular memória e projeto —, o Centro de Memória pode contribuir para a reconstrução histórica não apenas da instituição, mas, também, do ensino profissional no país.

## 5. Referência bibliográfica

BRASIL. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, Brasil.

\_\_\_\_\_. Decreto. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997: Regulamenta a educação Profissional.**

\_\_\_\_\_. Portaria. **Portaria nº 646 de 14 de maio de 1997: regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei nº9394/96 e no Decreto nº 2.208/97.**

\_\_\_\_\_. Portaria. **Portaria nº 1005, de 10 de setembro de 1997: Institui no âmbito da SEMTEC a Unidade de Coordenação do Programa de Reforma da Educação profissional (PROEP).**

\_\_\_\_\_. Decreto. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004: Regulamenta a educação Profissional; revoga o Decreto nº 2.208/97.**

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **A nova bíblia do Tio Sam**. In: Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor. Editora da UFRGS, 2001.

CIAVATTA, Maria. **Educando o trabalhador da grande ‘família da fábrica’**: a **fotografia como fonte histórica**. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda(Orgs). A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação. São paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS; Marise. Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_; CAMPELLO, Ana Margarida. **Do discurso à imagem – fragmentos da história fotográfica da reforma do ensino médio técnico no CEFET Química**. In: FRIGOTTO Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico.

D’ALÉSSIO, Márcia. **Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.13, nº 25/26, agosto de 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio; FRANCO, Maria Ciavatta e MAGALHÃES, Ana Lúcia. **Programa de melhoria e expansão do ensino técnico: expressão de um conflito de concepções de educação tecnológica**. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs). A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: INEP, 2006.

FONSECA, Celso Suckow. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia da ETN, 1961.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

MAUAD, Ana Maria. **Fotografia e história — possibilidades de análise**. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda(Orgs). A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação. São paulo: Cortez, 2004.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História. São Paulo: Projeto História, nº10, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PAULANI, Leda Maria. **O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses**. In: LIMA, Júlio César; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2006.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, nº10, 1992.

SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Projeto político-pedagógico: a busca da identidade**. In: Tecnologia & Cultura. Revista do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Ano 6, nº 6, jul./dez. 2004. Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2004.

VELHO, Gilberto. **Memória, identidade e projeto: uma visão antropológica**. Revista TB, 95 (119/126), out./dez., 1988.